



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 2 (Mandato 2025-2029)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, realizada nos dias três, quatro e dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco

Ao terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, **teve início a Sessão Ordinária de novembro/dezembro**.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, e Vereadores Telma Gomes, Rafael Plowden, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Duarte Machado, Carlos Guerreiro, José Paulo Rodrigues.

(16:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, apresentou cumprimentos e deu as boas vindas a todos. Prestou esclarecimentos sobre a atribuição dos cartões de eleitos, sobre a disposição das bancadas no Plenário e sobre as tomadas de posse. Anunciou os pedidos de substituição e suspensão, conforme quadro infra, e deu Posse aos cidadãos Bruno Maia do Grupo Municipal CHEGA, Patrícia Ferreira do Grupo Municipal do PSD, André Brás dos Santos e Joana Gaspar do Grupo Municipal do PS, e José Luís Ferreira do Grupo Municipal da CDU.

Substituição na Assembleia Municipal
Raquel Nunes, substituída por Bruno Maia (tomou posse)
David Rodrigues, substituído por Joana Gaspar (tomou posse)
Érica Gil, substituída por André Brás dos Santos (tomou posse)
Joana Medeira, substituída por Patrícia Ferreira (tomou posse)
Gabriela dos Santos (não se fez representar)
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Não foram apresentados pedidos.
Renúncia de Mandato na Assembleia Municipal
Gonçalo Nuno Marques Nunes Camacho
Isabel Filomena de Jesus Caria Vaz Almeida
Mónica Alexandra de Jesus Carrapêta
Substituição na Câmara Municipal
Sara Ferreira, substituída por Telma Gomes
Maria João Regalo, substituída por Duarte Machado
Jéssica Pereira, substituída por Rafael Plowden

Propôs ao Plenário que se mantivesse em vigor o Regimento do Mandato anterior, em Conferência de Líderes fora consensualizada a criação de um grupo de trabalho ad hoc para proceder à sua revisão, com vista a que as propostas seriam apresentadas na Assembleia Municipal seguinte.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados Rui de Carvalho e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Estiveram presentes trinta deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo II**.

(28:33 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, informou que apresentara uma proposta de grelha de tempos baseada em matemática, com afinações a ter em conta com a pluralidade e os mínimos de cada força política, pois se fosse usada a grelha anterior, o seu Grupo Municipal seria prejudicado.

(29:23 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, respondeu que evidentemente não seria utilizada a grelha anterior, não tivera tempo para ler a proposta do Grupo Municipal do CHEGA, mas tinha para apresentar uma proposta que não fora negociada, mas era baseada na proporcionalidade, descreveu-a e justificou-a. Fez o ponto de situação dos requerimentos à Câmara Municipal, e referiu-se ao requerimento que o Grupo Municipal do PSD apresentara com carácter de urgência. Prestou informação sobre a existência de uma Ata do Mandato anterior que teria que ser votada na Sessão em curso.

(37:16 do vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, esclareceu que o PSD apresentara o requerimento com carácter de urgência, em virtude de o assunto estar relacionado com a Ordem de Trabalhos da Sessão, e porque, em mandatos anteriores testemunhara a boa prática na resposta a requerimentos idênticos, ao serem respondidos pelos factos objetivos, sem prejuízo de outros encaminhamentos. Apesar de compreender, estranhava a metodologia que estava a ser adotada.

(38:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, respondeu que a figura invocada no requerimento não existia. Respeitava o testemunho da existência de boas práticas de resposta a requerimentos em mandatos anteriores, mas não partilhava dessa experiência. A Mesa não arbitrava a qualidade nem a substância quer da pergunta, quer da resposta, apenas encaminhava o requerimento para a Câmara Municipal. Informou que em Conferência de Líderes fora consensualizado aditar dois pontos à Ordem de Trabalhos, a serem debatidos na continuidade da Sessão, prevista para dia dez de dezembro: 3.13 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL ((CIM) DA PENÍNSULA DE SETÚBAL – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 585/2024 DE 4 DE DEZEMBRO, DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO E DELIBERAÇÃO N.º 97/2024 DE 11 DE DEZEMBRO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO BARREIRO; e 3.14 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL – CIM – PENÍNSULA DE SETÚBAL, E APROVAÇÃO DO ACORDO CONSTITUTIVO COM RESPECTIVO ANEXO, ESTATUTOS DA CIM, e submeteu à aprovação do Plenário. Não houve objeção.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

(45:08 do vídeo)

Nuno Miguel Ribeiro da Silva, alertou para a dificuldade de mobilidade na passadeira em frente ao Continente, para o derrube de árvores que vinha acontecendo com o intuito de facilitar construções, e ao facto de ainda não estar reposta a lomba da Escola da Penalva, **anexo III**.

(49:44 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, respondeu que tomara boa nota da situação na passadeira do Continente, que era inevitável o abate de árvores para permitir construção em terrenos privados, estavam atentos a essa realidade, a resposta seria continuar a arborizar o Barreiro. Os Serviços tinham definido uma linha de trabalhos prioritários, a lomba da Escola da Penalva seria colocada logo que fosse oportuno.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;

(51:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, anunciou que tinham dado entrada treze propostas para o PAOD, todas dentro do tempo estipulado. Referiu os tempos atribuídos a cada Grupo Municipal para leitura dos documentos que se encontram insertos na Ata como **anexo IV**.

A	BE	MOÇÃO - EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA REDE BOMBISTA
B	BE	MOÇÃO - CONTRA O PACOTE LABORAL. NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO
C	CDU	MOÇÃO - CONTRA A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO
D	CDU	MOÇÃO - PELA DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE PELA DEFESA DO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO-MONTIJO
E	PSD	MOÇÃO - HOMENAGEM À MEMÓRIA DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO
F	PSD	SAUDAÇÃO - 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975
G	CH	MOÇÃO - PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975
H	CH	RECOMENDAÇÃO - POLICIAMENTO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO - HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
I	PS	SAUDAÇÃO - 25 DE NOVEMBRO DE 1975
J	PS	SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 25 DE NOVEMBRO
K	PS	MOÇÃO - REPÚDIO AO DECRETO-LEI N.º 119/2025 QUE PROCEDE À RECONFIGURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S. A. E DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S. A
L	PS	MOÇÃO - SOLIDARIEDADE COM OS MÚSICOS BARREIRENSES AGREDIDOS EM MADRID

(53:30 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, efetuou a leitura do documento I SAUDAÇÃO - 25 DE NOVEMBRO DE 1975, apresentado pelo Grupo Municipal do PS.

(58:11 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, referiu que na sua interpretação do documento I, a parte deliberativa iniciava em “Neste sentido a Assembleia Municipal do Barreiro compromete-se a...”. Se assim fosse, pedia a separação de considerandos e deliberativos.

(58:57 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, confirmou que o Deputado Francisco Alves interpretara bem.

(01:00:49 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, apresentou o documento G - MOÇÃO - PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975, do Grupo Municipal do CHEGA, através da sua leitura.

(01:07:48 do vídeo)

O Deputado Luís Tavares, apresentou o documento F - SAUDAÇÃO - 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975, do Grupo Municipal do PSD, fazendo a sua leitura.

(01:11:10 do vídeo)

A Deputada Sara Heitor, fez a leitura do documento J - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 25 DE NOVEMBRO, apresentado pelo Grupo Municipal do PS.

(01:16:43 do vídeo)

O Deputado Tiago Coluna, efetuou a leitura do documento K, - MOÇÃO - REPÚDIO AO DECRETO-LEI N.º 119/2025 QUE PROCEDE À RECONFIGURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S. A. E DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S. A, apresentado pelo Grupo Municipal do PS.

(01:22:26 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, pronunciou-se sobre os acontecimentos das últimas semanas, que tinham como tentativa visitar a história portuguesa, e apresentou uma descrição histórica sobre o 25 de abril e o 25 de novembro. Comentou os documentos F - SAUDAÇÃO - 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975, do Grupo Municipal do PSD e o documento G - MOÇÃO - PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 do Grupo Municipal do CHEGA.

(01:29:04 do vídeo)

A Deputada Patrícia Ferreira, procedeu à leitura do documento E - MOÇÃO - HOMENAGEM À MEMÓRIA DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.

(51:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, associou-se à homenagem a Francisco Sá Carneiro.

(01:31:40 do vídeo)

O Deputado António Zambujo, apresentou o documento C - MOÇÃO - CONTRA A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.

(01:36:15 do vídeo)

O Deputado Tiago Coluna, efetuou a leitura do documento L, MOÇÃO - SOLIDARIEDADE COM OS MÚSICOS BARREIRENSES AGREDIDOS EM MADRID, do Grupo Municipal do PS.

(01:37:56 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, por estar a ser assinalado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, pediu ao Presidente da Câmara Municipal que continuasse a desenvolver políticas inclusivas nomeadamente ao nível das acessibilidades de cidadãos com deficiência. Comentou como notória a competição dos documentos do CHEGA do BE, a história era o que era, o 25 de Abril uma data histórica incontornável, todas as vicissitudes do processo tinham sido desvarios próprios dos períodos revolucionários, referindo alguns testemunhos pessoais. Manifestou o seu acordo ao documento referente à Administração do Porto de Lisboa e Setúbal, e sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal uma reflexão sobre a reedificação das administrações com administradores não executivos indicados pelas autarquias, para acompanhamento próximo das matérias dos seus territórios.

(01:45:05 vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, efetuou uma intervenção sobre o documento K, conforme consta no **anexo V**.

(01:49:35 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, informou que o Grupo Municipal do BE se associava ao documento C - MOÇÃO - CONTRA A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO, já fora lido pelo Grupo Municipal da CDU, pelo que prescindia do direito de ler o documento que apresentara sobre a mesma matéria, e que ia no mesmo sentido. Apresentou o documento A - MOÇÃO - EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA REDE BOMBISTA, procedendo à sua leitura.

(01:57:00 do vídeo)

A Deputada Cláudia Antunes, efetuou a leitura do documento H - RECOMENDAÇÃO - POLICIAMENTO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO - HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.

(02:04:00 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, no sentido de clarificar algumas referências feitas ao Grupo Municipal do CHEGA, interveio conforme consta no **anexo VI**.

(02:05:43 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, em nome do Grupo Municipal da CDU informou que acompanhava o documento K, e sugeriu que no mesmo fosse alterado o termo requerer, para exigir. Pediu esclarecimento ao Presidente da Assembleia Municipal, sobre uma referência feita na sua intervenção, a uma apreciação parlamentar apresentada pelo Partido Socialista.

(02:07:20 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, referiu-se aos documentos B e C, apresentados pelos Grupos Municipais do BE e da CDU, e lembrou que o processo estava ainda em fase de negociação. Teceu comentários sobre o documento D e contrapôs alguns argumentos lá referidos sobre o Serviço Nacional de Saúde. Pronunciou-se sobre o documento J - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 25 DE NOVEMBRO, que iria acompanhar por se tratar de um problema grave e de segurança, e fez reparo ao facto de não conter dados sobre o Concelho. Igualmente iria acompanhar o documento K. "E porque o Senhor Presidente na sua intervenção, o citou, deixar a nota de que efetivamente é uma notícia que a votação foi feita, segundo percebi, (não tenho obviamente a informação toda), foi feita numa comissão e não em Assembleia da República, mas sobretudo (interrupção)..., recordar que é uma ideia, um projeto que foi também feito por um Vereador do PSD, já há mais de oito anos.", disse, como nota final.

(02:14:20 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, considerou que os documentos B e C, estavam desajustados, dado que a matéria ainda estava em fase de negociação. Comentou que não entendera a referência feita no documento D ao CHEGA e ao SNS, comentou que se devia refletir, mas acima de tudo intervir em relação à violência doméstica, e que iria acompanhar o documento K pois o CHEGA enquanto municipalista considerava o facto como uma perda de poder.

(02:17:15 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, “o esclarecimento que preciso ter, que esta Assembleia precisa de ter é saber se fazer barulho é a mesma coisa que exercer um direito constitucional que é o direito à greve... é um direito constitucional não é fazer barulho, é um direito constitucional”, disse.

(02:18:38 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, “dizer e claramente para quem está habituado, e o Deputado Francisco Alves devia estar habituado a negociações sobre direitos laborais e sobre os direitos dos trabalhadores, você devia saber que não deve entrar numa negociação com o pé esquerdo, que é o que vocês andam a fazer há cinquenta anos!”, disse.

(02:21:30 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, “eu venho aqui mesmo defender a minha honra, porque fui sindicalista durante trinta e seis anos, sempre negocieei, não negocieei com os pés, negocieei com a cabeça e com abertura, e, portanto, não admito que ponham em causa a minha condição de sindicalista, de não saber negociar, isso ofende-me, e por isso gostava de ter um pedido de desculpas.”, disse em defesa da honra.

(02:22:30 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, “eu não me referi a si, referi-me à esquerda... e penso que será lavrado em ata e está gravado... eu referia-me à esquerda, que costuma entrar com o pé esquerdo numa negociação tão importante como esta. Mais nada.”, respondeu.

(02:23:14 do vídeo)

O Deputado José Caetano, “... vou ler telegramas face à falta de tempo. PS perde um Vereador na Câmara Municipal, mas aumenta o seu tempo de intervenção de acordo com decisões tomadas. Apoios os Vereadores, é um trabalhador para os três Vereadores que não são da maioria... que qualidade de trabalho é de esperar por parte dos Vereadores da Oposição? Não distribuição de pelouros a todos os Eleitos... uma violação do Poder Local Democrático numa conceção primária deste poder, e não correspondente com a prática seguida neste Concelho, ao longo de cinquenta anos de Poder Local Democrático. Conceção autocrática na Autarquia!”, afirmou. Mais afirmou que fora um dos dirigentes promotores das manifestações entre setembro e novembro de 1975, e não se recordava que tivesse havido nenhum objetivo de pôr em causa o estado de direito que estava instituído...(interrupção)...” Uma mentira mil vezes repetida, não se torna verdade!”, concluiu.

(02:23:14 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, referindo-se à intervenção do Deputado José Caetano disse: - “da CDU esperar que lessem os resultados eleitorais já percebi que não, é mais do mesmo. Aquela questão de dizer são todos autocráticos... apesar de, as condições que a CDU dava aos Vereadores da Oposição ao nível de apoios são iguais, ao nível de meios são muito melhores hoje,

quando o Senhor era Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara. Por isso é fácil exigir uma coisa, quando nunca se deu, e agora com mais condições se que exigir o mundo..., mas isso é o que é...toda a gente sabe o papel da CDU”. Considerou incompreensível que a Deputada da CDU ao falar da saúde, não referisse a construção do novo Centro de Saúde, não falasse da remodelação de dois e do início da construção de um novo, e que o Deputado do PSD tivesse dito que a saúde no Barreiro estava melhor.

Os trabalhos foram interrompidos por dez minutos, para apreciação dos documentos.

(02:46:26 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, deu nota de que o Grupo Municipal do PSD chegara a acordo com o Grupo Municipal do CHEGA, em relação ao documento F- SAUDAÇÃO - 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975, no sentido de manter os considerandos, e acrescentar na parte deliberativa um terceiro ponto, que descreveu.

(02:48:22 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, perguntou aos deputados do Grupo Municipal do CHEGA, se retiravam o documento G - MOÇÃO - PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975. O documento foi retirado.

(02:49:10 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, sugeriu que ao documento J - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 25 DE NOVEMBRO, fosse acrescentado um terceiro parágrafo, com o seguinte texto: - “de acordo com os dados públicos disponibilizados pelo Portal Estatísticas da Justiça, produzidas pela Direção-Geral da Política da Justiça (DGPJ), os crimes de violência doméstica no Barreiro, atingiram os 3,9 casos por mil habitantes em dois mil e vinte e quatro, 33% acima dos valores médios do Distrito de Setúbal (2,9 casos por mil habitantes) e 56% acima dos valores médios de Portugal, (2,5 casos por mil habitantes).”

(02:50:56 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, sugeriu que o documento B - MOÇÃO - CONTRA O PACOTE LABORAL. NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO, apresentado pelo BE terminasse a sua parte deliberativa em direito à greve. Informou que o Grupo Municipal do PS estava de acordo com a alteração sugerida ao documento J e com alteração sugerida pelo Grupo Municipal da CDU ao documento K, substituindo o termo requerer por instar.

(02:50:22 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, registou que o Grupo Municipal do BE, não aceitava a proposta de alteração sugerida pelo Grupo Municipal do PS ao documento B - MOÇÃO - CONTRA O PACOTE LABORAL. NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO, e justificou.

(02:54:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, respondendo ao pedido do Deputado José Caetano, esclareceu o que fora o acordo feito entre os Grupos Municipais do CHEGA e do PSD, em relação aos documentos F e G.

(02:50:31 do vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, pediu escusa na votação ao documento H - RECOMENDAÇÃO - POLICIAMENTO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO - HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.

(02:57:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, sugeriu que em Conferência de Líderes se ponderasse se os pedidos de renúncia deveriam ser acompanhados de justificação.

(02:59:19 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, colocou os documentos à votação:

A - MOÇÃO - EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA REDE BOMBISTA

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (17) e BE (1), votos contra do CH (5) e do PSD (3) e abstenção da CDU (4) - Deliberação N.º 2 (Mandato 2025-2029)

B - MOÇÃO - CONTRA O PACOTE LABORAL. NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (17), da CDU (4) e do BE (1), votos contra do CH (5) e do PSD (3) - Deliberação N.º 3 (Mandato 2025-2029)

C - MOÇÃO - CONTRA A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (17), da CDU (4) e do BE (1), votos contra do CH (5) e do PSD (3) - Deliberação N.º 4 (Mandato 2025-2029)

D - MOÇÃO - PELA DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE PELA DEFESA DO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO-MONTIJO

Reprovada com votos contra do PS (17), do CH (5), do PSD (3) e votos a favor da CDU (4) e do BE (1).

E - MOÇÃO - HOMENAGEM À MEMÓRIA DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Aprovada com votos a favor do PS (17), do CH (5), do PSD (3) e votos contra da CDU (4) e do BE (1) - Deliberação N.º 5 (Mandato 2025-2029)

F - SAUDAÇÃO - 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO 1975 (com alteração resultante da fusão do CH e PSD)

Reprovada com votos contra do PS (17), da CDU (4), do BE (1) e votos a favor do CH (5) e do PSD (3).

G - MOÇÃO - PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Retirado pelo proponente, Grupo Municipal do Chega

H - RECOMENDAÇÃO - POLICIAMENTO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO - HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – Pedido de escusa de

Deputado Hugo Cruz do PSD

Reprovada com votos contra do PS (17), da CDU (4), do PSD (2) do BE (1) e votos a favor do CH (5).

I - SAUDAÇÃO - 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Considerandos:

Aprovada com votos a favor do PS (17) e votos contra do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1).

Deliberativos:

Aprovada com votos a favor do PS (17), da CDU (4) e do BE (1), e votos contra do CH (5) e do PSD (3) - Deliberação N.º 6 (Mandato 2025-2029)

J - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 25 DE NOVEMBRO (com alteração proposta pelo Grupo Municipal do PSD)

Aprovada por unanimidade com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) - Deliberação N.º 7 (Mandato 2025-2029)

K - MOÇÃO - REPÚDIO AO DECRETO-LEI N.º 119/2025 QUE PROCEDE À RECONFIGURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S. A. E DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S. A (com alteração)

Aprovada com votos a favor do PS (17), do CHEGA (5), da CDU (4) e do BE (1), e votos contra do PSD (3) - Deliberação N.º 8 (Mandato 2025-2029)

L - MOÇÃO - SOLIDARIEDADE COM OS MÚSICOS BARREIRENSES AGREDIDOS EM MADRID

Aprovada por unanimidade com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) - Deliberação N.º 9 (Mandato 2025-2029)

(03:09:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, deu nota de que considerava de especial relevo a Moção L, pois os músicos estavam indiretamente ao abrigo de um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal, para divulgação e promoção do nome do Barreiro.

(03:11:52 do vídeo)

O Deputado José Caetano, em declaração de voto, justificou os motivos da abstenção do Grupo Municipal da CDU ao documento A, e do voto contra ao documento F e na parte dos considerandos do documento I.

(03:20:36 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, declarou os motivos que tinham levado o Grupo Municipal do PS, a votar contra o documento D.

(03:22:10 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, declarou que o PS votara favoravelmente o documento A por se tratarem de factos os dados nele contidos, no entanto o PS era um Partido de centro que estabelecia o bem-estar e a liberdade. Declarou também os motivos de voto contra ao documento F.

(03:24:38 do vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, declarou os motivos que tinham levado o Grupo Municipal do PSD a votar contra o documento D, (interrupção)...

(03:25:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, recomendou a todos, que não se tratassem por vocês, e pediu que nas declarações de voto não se dirigissem às outras bancadas, sob pena de estarem a interpelar.

(03:26:29 do vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, "Senhor Presidente, uma interpelação à Mesa para condução dos trabalhos. Eu até agora, dirige-me duas vezes para falar em interpelações, onde fora solicitado, venho fazer declaração de voto da Moção da CDU... se não posso dizer vocês CDU, vou dizer o Grupo Municipal da CDU, pronto está esclarecido.", respondeu.

Justificou o voto ao documento D. Pronunciou-se sobre o voto contra que a sua Bancada dera ao documento I, sobre o 25 de novembro de 1975 apresentado pelo PS.

(03:29:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, procedeu à leitura da Ata em Minuta, que foi aprovada por unanimidade, e se encontra inserta na Ata como **anexo VII**.

Nada mais havendo a tratar a Reunião foi dada como encerrada pelas zero horas e vinte e nove minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Ao quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, **continuou a Sessão Ordinária de novembro/dezembro**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga e Vereadores Sara Ferreira, Rafael Plowden, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Telma Gomes, Carlos Guerreiro, José Paulo Rodrigues.

(00:08 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, recordou que a Ata do Mandato anterior, referente á Sessão Ordinária de Setembro de 2025 teria que ser votada e falou sobre a prática seguida em relação a correções e alterações que os deputados apresentavam para as suas intervenções.

Colocada à votação a Ata N.º 5, referente à Sessão Ordinária de Setembro de dois mil e vinte e cinco, foi: - **Aprovada por maioria com votos a favor do PS (18), CDU (2), PSD (1) e BE (1), abstenção do CHEGA (5), da CDU (2) e PSD (2) – Deliberação N.º 10/2025.**

Como metodologia para desenvolver a Ordem de Trabalhos, propôs a fusão dos pontos 3.2 e 3.4, seguindo-se com a apreciação dos pontos 3.7, 3.9 e 3.10.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados David e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Estiveram presentes trinta e um deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo VIII**.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO; - anexo IX.

(04:05 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, destacou da atividade desenvolvida nos dois últimos meses do Mandato anterior e no período de gestão, o retorno do Festival Barreiro Rocks, e explicou como fora conseguido. Ficou disponível para as perguntas que os deputados quisessem colocar.

(06:40 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, pediu melhor informação sobre a previsão de conclusão do PDM, do processo de reutilização das águas residuais tratadas, dos centros de saúde nomeadamente o dos Fidalguinhos, e a que dizia respeito a referência à Braamcamp na parte dos processos em Tribunal. Ao nível da habitação pediu informação sobre a situação do Bairro Alves Redol e Quinta da Mina e o que estava previsto na estratégia local de habitação. Questionou o que se estava a passar com a Escola 6 e para quando se previa a entrada em vigor nos circuitos normais dos autocarros que estava para chegar. Agradeceu a rápida resposta ao requerimento que apresentara sobre a Ponte do Heraldo, mas quis saber ainda, o que se pretendia fazer sobre a mesma.

(13:00 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, pediu o ponto de situação dos prazos de conclusão das obras da Rua Miguel Bombarda e da Miguel Pais, bem como da Escola 6. Perguntou o motivo de não ter sido executada parte do Projeto 2023-2024 da Bio, e o porquê da suspensão de dois projetos da rede de drenagem. Quis saber que consequências superiores iriam ter os atos de vandalismo e de incivildades registados nos espaços públicos. Pediu mais informação sobre a reestruturação da área da fiscalização municipal, e se iria abranger a fiscalização relacionada com a Lei do Ruído.

(17:14 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, em nome do Grupo Municipal do PS, apresentou a intervenção inserta na Ata como **anexo X**.

(23:25 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, pediu que fosse dada informação sobre o acompanhamento que vinham tendo os processos do PDM, da Quinta do Braamcamp, do projeto de implementação de CCTV no Concelho e sobre o cumprimento dos projetos afetos ao PRR. Perguntou se, por parte do fornecedor a aquisição dos novos autocarros estava a decorrer como previsto e o que se expetava fazer para melhorar a mobilidade na Cidade.

(27:17 do vídeo)

O Deputado José Caetano, comentou que se vinha falando do Barreiro como se tivesse estado paralisado nos últimos quarenta anos, quando o que acontecera fora a sua completa destruição, e ter sido o poder local existente que minimizou as consequências disso para a população. Fundamentou e culpou o Partido Socialista e o Partido Social Democrata dessa destruição, por terem sido os condutores da política no País ao longo dos últimos cinquenta anos. Essa realidade da vida do Concelho não podia ser omitida, e por isso era difícil entender o orgulho que o Barreiro recentemente reconquistara, se era o orgulho dos que destruíram o Barreiro, ou o que existia antes de há cinquenta anos. Pediu informação sobre o andamento das obras na Miguel Bombarda, sobre a origem do encerramento da Ponte do Heraldo, sobre a rotura de águas existente na Rua Francisco Casal, sobre as obras da escola 6, e sobre a situação do Pavilhão do Fabril. Lamentou que a Câmara Municipal não tivesse exercido o direito de opção aquando da venda do património do Fabril. Comentou o facto de ao fim de oito anos de Executivo PS o PDM continuar a ser o mesmo, o facto de os armazéns de aprovisionamentos da Câmara Municipal estarem num completo abandono, e o facto de se estar a dificultar aos sindicatos, a cedência de espaços para realização de plenários.

(38:08 do vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, em nome do Grupo Municipal do PSD agradeceu a resposta ao requerimento sobre e Ponte do Heraldo, e perguntou se havia mais alguma evolução sobre

a ocorrência. Perguntou qual a verba específica na rubrica Execução da Receita de Participação Variável no IRS, pois, por estar englobada no conjunto não conseguia extrair, para poder perceber se se mantinha a taxa máxima de cinco por cento.

(40:45 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, informou que a obra do Alves Redol estava a entrar na sua última fase, expetando a sua conclusão para julho do ano seguinte. Mais informou que ainda não fora aprovada a candidatura da Quinta da Mina, dificilmente seria através do PRR, sendo por isso necessário começar a pensar de que forma faseada se iria começar a trabalhar na reabilitação da mesma. Registou como uma boa notícia a aprovação da reabilitação de catorze fogos do Município. Pronunciou-se sobre a situação da Escola 6.

(43:60 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, comentou que tinha saudades do tipo de debates do Deputado José Caetano, focado em falar no que acontecera há cinquenta anos atrás, quando se estava a introduzir a inteligência artificial. Enunciou o que o Executivo PS fizera desde dois mil e dezassete em prol da criação de postos de trabalho. Acusou-o de estar enganado nas afirmações feitas sobre o Fabril e sobre o PDM, bem como do Nicola que fora resolvido há cinco ou seis anos com novas instalações, onde os serviços estavam a funcionar em conformidade com as exigências da lei. Refutou as insinuações de insegurança feitas em relação à Escola 6, as obras desde o início tinham decorrido com a máxima segurança, convidou a todos para a visitar. Reconheceu que a obra da Miguel Bombarda deveria estar mais avançada, a Autarquia estava a fazer o que legalmente a obrigava, expetava-se que a parte pedonal estivesse concluída até final do ano. Explicou que a Câmara votara e justificara a não adjudicação do processo da Braamcamp, na sequência disso, a empresa a que no relatório final fora atribuída a vitória, colocara um processo em Tribunal, que estava a correr os trâmites normais. Acrescentou que estava a ser preparado um loteamento de iniciativa municipal com a esperança de reabilitar e dar uma nova função àquele espaço de enorme potencial. Deu a conhecer o que sucedera com a Ponte do Heraldo e a forma como a Autarquia estava a acompanhar a situação. Não entendera a pergunta do Deputado do PSD em relação ao ruído e à qualidade de vida dos barreirenses, e à necessidade de ser feita qualquer coisa, quando no passado a sua força política votara favoravelmente em Câmara, e contra na Assembleia Municipal, o mapa de ruído. Anunciou que iria ser novamente apresentado.

(52:57 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, comentou que também tinha saudades da intervenção do Deputado José Caetano. Frisou que, apesar de já existir a perceção da derrapagem do prazo de conclusão da obra da Miguel Bombarda, a mesma ainda estava dentro do prazo definido. Estava admirado de já se perguntar para quando a conclusão da obra do Centro de Saúde dos Fidalguinhos, há pouco iniciada. Pronunciou-se sobre as obras que iriam ocorrer, Barreiro Velho, reabilitação da zona entre os sinais da Rua Pacheco Nobre até à Misericórdia, logo que concluída a obra da "Santinha". A pergunta sobre o Fabril deveria ser colocada aos seus sócios e à sua Direção, era descabida a forma como tinha falado, desconhecia a matéria, pois não houvera aso a direito de preferência porque não houvera venda, dado que o Fabril optara por prescindir do seu direito de superfície, e a Câmara fora apenas mediadora. O Deputado José Caetano estava equivocado também, ao falar da SGL antiga Fisipe. Desde a primeira hora que a Câmara sinalizara no sentido de que grande parte do espólio não fosse desmantelado, e manifestara interesse em ficar com aquele território, esperava para breve, boas notícias de investimento para aquela zona. Disse que o Deputado Francisco Alves desconhecia a questão da Simarsul pois não dizia respeito à Câmara. Pronunciou-se sobre a obra da Escola 6 e sobre a coragem de a fazer em tempo

de eleições, assim como com a rua da Câmara toda em obras, assim como o Alto do Seixalinho e a “Santinha” toda em obras de reabilitação. A aquisição dos autocarros dos TCB estava a decorrer bem, expetava-se a chegada dos primeiros ainda em dezembro e para maio de dois mil e vinte e seis, a sua totalidade já a rodar. Acrescentou que se iria manter a taxa variável do IRS na percentagem anterior.

(01:06:30 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, manifestou agrado por a Ponte do Heraldo já estar na tutela da Câmara e interdita, mas faltava saber se o acesso à ponte estava bem vedado, em virtude de ter ocorrido a morte de um munícipe, questão que o CHEGA colocara em Reunião de Câmara, e ficara sem resposta. Chamou a atenção do Executivo para o facto de, ainda no decurso da Reunião de Câmara onde fora levantada a questão do outdoor do CHEGA na Quinta da Lomba, ter sido feita a sua reparação, almejando que todas as intervenções da Câmara fossem tão rápidas e céleres como a do outdoor em causa. Em relação à obra da Escola 6, tivera conhecimento de queixas por parte dos pais, frisou que não fora mentira a existência de situações de cruzamento entre trabalhadores e crianças, a questão podia já estar resolvido, mas fora filmada e documentada.

(01:09:14 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, voltou a colocar a questão da reestruturação da área da fiscalização municipal pois, a Informação Escrita no ponto da fiscalização, mencionava a existência de falta de meios para afetar a fiscalização municipal de acordo com a Lei do Ruído, e a necessidade de criar meios alternativos, e mais à frente era referida uma reestruturação. Não percebera se essa reestruturação iria beneficiar a equipa da Lei do Ruído. Ficara por responder o porquê de não terem sido utilizados duzentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e um euros, referentes ao Projeto de Recolha Bio, e o porquê da suspensão do projeto da rede de drenagem da Rua D. João de Castro e da rede de drenagem da bacia do Bairro das Palmeiras.

(01:11:57 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, lembrou que não fora respondida a questão do processo de implementação do CCTV, em conjunto com outros municípios. Pediu melhor informação sobre o relatório trimestral sobre as comunidades enviado à AML e sobre o projeto do Nó de Santo António. Considerou como importante que finalmente se falasse em elaborar um Regulamento Municipal sobre o Ruído e todos trabalhassem em conjunto para se chegar a um documento minimamente abrangente em termos políticos, mas principalmente em efeitos práticos na segurança da Cidade.

(01:15:00 do vídeo)

O Deputado José Caetano, “Quem não tem memória não constrói futuro palpável e coerente com as necessidades da população.”, iniciou. Pediu para que nas intervenções por parte da Câmara Municipal fosse utilizada a verdade pois, na qualidade de Deputado Municipal no presente Mandato fora visitar as instalações do armazém de aprovisionamento a funcionar no Nicola, e chovia lá dentro como na rua.

(01:16:17 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, saudou a iniciativa do CHEGA para se discutir o tema do horário da atividade comercial e do ruído, certamente o PSD iria atrás, permitindo um debate sério e a criação de um documento passível de ser votado. Esclareceu o Deputado Luís Tavares que não havia máquinas de medir o som, e os fiscais estavam a ser formados para procederem às medições de som, que de acordo com a lei eram suportadas por quem as pedia. Informou que a obra do Nó de Santo António avançaria a curto prazo e que, apesar dos constrangimentos com as obras a decorrer no Concelho e as ruas

cortadas, o indicador do tempo de circulação móvel estava a melhorar, bem como a circulação pedonal, como já era exemplo a zona da “Santinha”. Não mentira em relação ao armazém do Nicola e fundamentou.

(01:21:13 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, voltou a pedir esclarecimento sobre a questão da reorganização da estrutura de fiscalização da Câmara, pois não perguntara sobre máquinas, bem como às outras questões, recolha do bio projeto, drenagem da Rua D. João Castro e renovação da drenagem da bacia do Bairro das Palmeiras.

(01:22:56 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, não considerou que o Deputado Luís Bravo tivesse feito um pedido de esclarecimento e justificou fazendo a leitura do artigo cinquenta e dois do Regimento, mas deu a palavra ao Vice-Presidente Rui Braga, pedindo-lhe que fosse sucinto na resposta.

(01:23:40 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, afirmou que falara da máquina pois fazia parte da reorganização do serviço juntamente com a formação dos fiscais. Remeteu para outra altura a resposta às outras questões.

(01:25:16 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, explicou o porquê da suspensão dos projetos de drenagem mencionados pelo Deputado Luís Bravo. Pronunciou-se sobre o projeto de videovigilância a nível metropolitano, fundamentou a sua visão, e deixou registado que enquanto Presidente da Câmara do Barreiro iria pugnar para que o mesmo avançasse. Pronunciou-se também sobre o Projeto Comunidades em Ação e sobre o que englobava e a dificuldade em calibrar ao nível da execução, as verbas provenientes dos projetos do PRR.

(01:33:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, perguntou ao Plenário se os pontos 3.2 e 3.4 podiam ser apresentados em conjunto. Não houve objeção.

3.2 PROPOSTA DE DECISÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO NO ÂMBITO DO EDITAL N.º 335/2025, DE 27.06.2025 REFERENTE À CONSULTA AO MERCADO PARA CONTRATAÇÃO DE ARRENDAMENTO;

3.4 CONSULTA AO MERCADO TENDO EM VISTA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS, DESTINADOS A ARRENDAMENTO MUNICIPAL ACESSÍVEL;

(01:34.55 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, manifestou orgulho e agrado na apresentação do que estava a ser proposto, que resultara de um desafio lançado pela Câmara à iniciativa privada para construção de quatrocentos e noventa e seis casas nos Fidalguinhos, em terreno privado, para conseguir dar uma resposta social à classe média barreirense, assumindo a totalidade dos fogos para o poder repassar à população a preços acessíveis. Não havia problema de enquadramento com o PDM. Os dois pontos estavam ligados devido à alteração de alvará proposto pelo privado, de mais 14 fogos. Era intenção colocar

no mercado mais quatrocentos fogos no Nicola e na Quinta das Canas, ambicionado que a curto prazo a Cidade tivesse cerca de mil fogos destinados à classe média.

(01:40:25 do vídeo)

O Deputado José Caetano, perguntou o que acontecera para se alterar para mais catorze fogos, o projeto antes aprovado. Alertou para a possibilidade de haver problemas, se avançassem as questões da Terceira Travessia do Tejo, bem como para o facto de a Câmara Municipal passar a ter um encargo anual de cinco milhões de euros, independentemente de os fogos estarem alugados ou não, e ir assumir as obras de manutenção e conservação dos edifícios, bem como as obras adjacentes à urbanização, para facilitar a circulação do trânsito. Colocou em questão chamar de rendas acessíveis os valores que o Vice-Presidente Rui Braga mencionara, face aos rendimentos da maioria dos barreirenses.

(01:48:23 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, quis deixar bem claro que o PSD reconhecia os constrangimentos sentidos no acesso à habitação e, portanto, era a favor da habitação acessível, mas considerava importante olhar para o que estava ao redor dos bairros e/ou urbanizações, e justificou. Perguntou o que estava planeado para colmatar a pressão nos acessos ao IC21 e zonas limítrofes, a falta de infraestruturas ao nível de escolas, o impacto da componente de retalho na zona, e a resposta ao nível da recolha de resíduos face ao aumento da densidade populacional. Acrescentou que a visão do PSD para aquele local seria um Parque Urbano dos Fidalguinhos, com espaços verdes e de convívio das famílias, integrado no polidesportivo e na piscina a nascer na zona, por forma a criar uma nova centralidade para a Cidade.

01:51:48 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, perguntou se havia algum estudo que fundamentasse a adesão da população ao programa, o que seria feito caso ficassem habitações vazias, e se, no futuro o valor de referência baixasse, o das rendas acompanharia. Na sua opinião, os valores que estavam a ser definidos para as rendas, destinavam-se mais para a classe média-alta do que para a classe média, atendendo à realidade do Concelho.

(01:53:49 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, fez analogia a uma discussão que ocorrera um ano antes, em que o PS afirmara que os Fidalguinhos tinham sido um erro em termos ambientais, quando o projeto apresentado agora, ia no mesmo sentido. Sobre o valor das rendas que estava realmente desajustado, era correto frisar que o mesmo fora definido por decreto-lei, pelo que deveria ser tratado a outro nível. Questionou se a bacia de retenção de águas pluviais estava a ser considerada como essencial ou eventual, e se, uma parte dos fogos a serem construídos fora acautelada como reserva para os profissionais da saúde e do ensino. O Bloco de Esquerda não tinha receio de que os prédios ficassem vazios, apenas se preocupava com o facto de se estar perante uma parceria público-privada.

(02:00:26 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu às questões colocadas pelo Deputado Francisco Alves, à Deputada Joana Medeira e Deputado José Caetano, conforme consta no **anexo XI**.

(02:17:59 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, referiu-se ao levantamento da servidão da Terceira Travessia do Tejo mencionada pelo Deputado José Caetano e quis deixar bem claro que

se o projeto avançasse rapidamente nada teria a ver com a habitação, que era a única coisa que estava a ser votada.

(02:19:58 do vídeo)

A Deputada Sara Heitor, comentou como hilariante o facto de a CDU, o CHEGA e o BE terem assumido não haver problemas de habitação no Barreiro, por terem centrado as intervenções na preocupação de as casas virem ou não a ser ocupadas, e fundamentou conforme consta no **anexo XII**.

(02:24:24 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, recordou que na intervenção anterior começara por afirmar que o PSD não era contra a habitação acessível, pelo que não entendera a referência feita pelo Presidente da Câmara. Pronunciou-se sobre as críticas ao Governo AD e continuou a intervenção, conforme consta no **anexo XIII**.

(02:26:33 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, reconheceu que não tinha acompanhado o artigo quinto do Regulamento, e pediu desculpa por ter levantado um problema inexistente. Acrescentou que o Executivo tinha apoio técnico e não podia exigir dos outros aquilo que não lhes era permitido ter, referindo-se ao direito a um assessor.

(02:30:08 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, fez a leitura do artigo quinto que o Deputado Francisco Alves referira e gracejou com o facto de ter exigido um assessor. E continuou pronunciando-se sobre a intervenção da Deputada Joana Medeira, como consta no **anexo XIV**.

(02:38:33 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, referiu que tinham que ficar preocupados com a eventualidade de as casas não ficarem ocupadas ou não, e fundamentou conforme consta no **anexo XV**.

(02:40:56 do vídeo)

A Presidente da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, efetuou a intervenção inserta na Ata como **anexo XVI**.

(02:45:44 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.2, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (18) e CH (5), abstenção do BE (1), e votos contra da CDU (4) e do PSD (3) – Deliberação N.º 11 (Mandato 2025-2029).

(02:46:14 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.4, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (18) e CH (5), abstenção do PSD (3) e BE (1), e votos contra da CDU (4) – Deliberação N.º 12 (Mandato 2025-2029).

(02:42:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, sugeriu aos Líderes a realização de uma Conferência via zoom para planificar as reuniões, por não ter sido cumprida a que fora estipulada. Pediu ao Presidente da Câmara que através do seu Gabinete fizesse chegar ao seu, informação sobre os pontos mais urgentes a serem discutidos. Pediu a todos que refletissem sobre a gestão dos tempos de intervenção.

(02:49:32 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, procedeu à leitura da Ata em Minuta, que foi aprovada por unanimidade, e se encontra inserta na Ata como **anexo XVII**.

Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi dada como encerrada pelas zero horas e vinte e nove minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Ao décimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, **continuou a Sessão Ordinária de novembro/dezembro**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga e Vereadores Sara Ferreira, Jéssica Pereira, Gonçalo Camacho, Duarte Machado, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e Sílvia Ratão.

(12:39 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, informou que o Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro estava ausente por motivos de saúde, pelo que seria ele próprio a conduzir os trabalhos. Em nome de todos desejou-lhe as rápidas melhoras. Pediu ao Deputado Rui de Carvalho para completar a Mesa. Anunciou os pedidos de substituição conforme quadro infra, e deu posse aos cidadãos Lara Santinho do Grupo Municipal do PS, David Conceição do Grupo Municipal do PSD e José Carlos Marques do Grupo Municipal da CDU. Relembrou que estava acordado começar os trabalhos com os pontos 3.13 e 3.14. Perguntou ao Plenário se havia objecção em serem discutidos conjuntamente. Houve consenso. Sugeriu a discussão conjunta dos pontos 3.5, 3.6 e 3.7.

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados Rui de Carvalho e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Substituição na Assembleia Municipal
André Pinotes Batista substituído por André Brás dos Santos
Marta Batista substituída por Lara Santinho (tomou posse)
João Salvado substituído por Zélia Silva (tomou posse)
Luís Bravo substituído por Pedro Gonçalves
Hugo Cruz substituído por David Conceição (tomou posse)
José Caetano substituído por José Carlos Marques (tomou posse)
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Não foram apresentados pedidos.
Suspensão de Mandato na Câmara Municipal
Não foram apresentados pedidos.
Substituição na Câmara Municipal
João Paulo Rodrigues substituído por Sílvia Ratão
Rui Pereira substituído por Duarte Machado

Estiveram presentes trinta deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo XVIII**.

3.13 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL ((CIM) DA PENÍNSULA DE SETÚBAL – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 585/2024 DE 4 DE DEZEMBRO, DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO E DELIBERAÇÃO N.º 97/2024 DE 11 DE DEZEMBRO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO BARREIRO;

3.14 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL – CIM – PENÍNSULA DE SETÚBAL, E APROVAÇÃO DO ACORDO CONSTITUTIVO COM RESPECTIVO ANEXO, ESTATUTOS DA CIM;

(12:39 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, explicou que se tratava da revogação de documentos já trazidos, e deu nota de que na segunda-feira seguinte se iria realizar a constituição da Comunidade Intermunicipal, que considerou como um momento histórico e fundamentou.

(19:41 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, mencionou que se tratava de uma proposta que era um “cromo repetido”, e fundamentou. Lembrou que a CDU pedira aquando da primeira apresentação da proposta, a sua retirada ou adiamento, e desenvolveu a sua intervenção conforme consta no **anexo XIX**.

(22:58 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, considerou que não era importante enfatizar o que acontecer há um ano atrás, mas sim a possibilidade da constituição da CIM da Península de Setúbal, pelos benefícios que iria trazer para o Distrito, através de mais fundos comunitários, maiores taxas de cofinanciamento, apoio para as empresas, para as IPSS, para os cidadãos e para os municípios.

(25:48 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, também quis enfatizar a importância da CIM e até do esforço da Câmara Municipal do Barreiro, mas conforme tinham mencionado na altura, não havia necessidade de estar a perder tempo com um acordo que não existia, e perguntou se havia acordo, porque estavam agora a revogar a decisão.

(26:52 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, esclareceu que se estava a revogar um texto que iria ser substituído por outro e a decisão era a mesma.

(27:45 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, comentou que estavam a ser discutidos detalhes, o tema não era fraturante, a criação da Comunidade Intermunicipal era um passo essencial para o futuro da Região e para o futuro do Barreiro, por poder potencializar o poder de negociação, pelo que estava convicta de que ninguém questionava a pertinência da sua constituição. O Grupo Municipal do PSD estava certo de que a CIM iria ser determinante para impulsionar o futuro projeto do Parque Cidade Tejo, e ser uma alavanca a vários níveis, e naturalmente iria acompanhar ambas as propostas. Perguntou se havia convites

para a Cerimónia de segunda-feira, e se o Presidente da Câmara podia partilhar alguns detalhes sobre a mesma.

(29:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, deu posse à cidadã Zélia Silva.

(30:18 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, informou que o BE iria votar a favor, pois tratava-se da possibilidade de crescimento da região e de melhorar as condições de vida das pessoas. Pediu confirmação se o Barreiro iria ter direito a eleger seis membros para a Assembleia Intermunicipal, e se a constituição da CIM já fora aprovada em todas as Câmaras.

(33:15 do vídeo)

A Deputada Sara Heitor, “Nunca foi com uma foice e um martelo que se distinguiu o joio, e nunca foi com uma foice e um martelo que o País evoluiu.”, comentou, por considerar que a Bancada da CDU estava a relembrar a história e a discutir detalhes. E continuou a sua intervenção conforme consta no **anexo XX**.

(26:21 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, explicou que todo o município estava a fazer revogação e o porquê. Referiu que a CIM iria ser constituída pelo Conselho Municipal, pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho de Estratégia para o Desenvolvimento Intermunicipal, (fundamentou a sua importância), e pelo Secretariado Executivo Intermunicipal. Deu informações sobre a cerimónia da constituição da CIM e convidou todos a estarem presentes, no momento que considerou ser histórico para a Península de Setúbal.

(44:30 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, questionou quanto custaria ao Município do Barreiro a constituição da CIM.

(45:45 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu que a quota era quase irrisória, no primeiro ano por consenso de todos os municípios fora decidida uma quota unitária de cinquenta mil euros para avançar com o processo, no ano seguinte seria feita a perequação, ajustando a quota em função da população e território de cada município.

(48:22 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.13 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) – Deliberação N.º 13 (Mandato 2025-2029).

(49:06 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.14 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (17), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) e votos contra do CH (5) – Deliberação N.º 14 (Mandato 2025-2029).

(49:40 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, em nome do Grupo Municipal do Partido CHEGA, justificou o voto contra ao ponto 3.14.

(52:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, deu continuidade aos trabalhos com a apresentação do ponto 3.3., e por sugestão do Presidente da Câmara, perguntou ao Plenário se dada a matéria cujo título era tão descritivo, havia dúvidas ou se poderia passar à votação.

3.3 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO POSTO DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO;

(52:26 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, interpelou a Mesa para registar que a Assembleia Municipal merecia alguma dignidade e que, com descritivo ou sem ele, no mínimo os pontos deveriam ser apresentados.

(54:06 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu que a dignidade não vinha da apresentação, mas sim da elevação da discussão, e já fizera sugestões idênticas no passado. Fez a leitura do título da proposta.

(54:57 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, considerou o contrato como um elemento essencial para garantir a operacionalidade e segurança da importante infraestrutura dos TCB e não só. Perguntou se havia alguma mais valia no facto de o concurso não ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia e se o valor de cento e dez mil euros era o suficiente, não conseguira entender dada a ausência do caderno de encargos na documentação. Informou que o Grupo Municipal do CHEGA iria votar a favor e pediu que o referido caderno de encargos pudesse ser disponibilizado, mesmo após a votação.

(57:30 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, questionou quantos elementos compunham a equipa externa de manutenção que estava a ser contratada, e se não se estava a pensar em dar formação aos trabalhadores da Câmara, para não haver necessidade de exteriorizar serviços, quando o contrato terminasse.

(58:27 do vídeo)

A Presidente da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, aconselhou o Deputado Nuno Chambel a ler a Lei da Contratação Pública, e informar-se melhor para poder fazer as perguntas devidas.

(01:00:00 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou porque motivo não se tratava de um concurso público internacional, o valor fora devidamente justificado pelos técnicos, já com seis anos de experiência. O caderno de encargos estava publicamente disponível, mas, poderia enviá-lo por email. Respondeu ao Deputado Francisco Alves que se tratavam de serviços com complexidade técnica, não via a necessidade de formar pessoas para esse fim, até porque era preciso equipamento altamente diferenciado, pelo que estavam convictos de ser a melhor forma e a mais barata.

(01:02:36 do vídeo)

O **Deputado Nuno Chambel**, esclareceu que a pergunta sobre o valor tinha a ver com a eventual exclusão de outros concorrentes eventualmente mais competitivos, e em relação ao caderno e encargos, na qualidade de deputados municipais tinham direito a ter acesso a todos os documentos para fundamentar opiniões.

(01:03:41 do vídeo)

A **Vereadora Maria João Regalo**, respondeu que já estavam habituados a que o CHEGA levantasse um clima de suspeição e falta de transparência, quando o que estava a ser feito era o estrito cumprimento da lei.

(01:04:32 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.3, foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) e BE (1) – Deliberação N.º 15 (Mandato 2025-2029).

(01:05:36 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues**, questionou o Plenário sobre a apresentação conjunta dos pontos 3.5, 3.6 e 3.7. Não houve objeção.

3.5 TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO DE 2026;

3.6 TAXA DE IMI A APLICAR NO ANO DE 2025 E A COBRAR NO ANO DE 2026 E MAJORAÇÕES E MINORAÇÕES;

3.7 FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2025 A COBRAR NO ANO DE 2026;

(01:06:04 do vídeo)

A **Vereadora Maria João Regalo**, informou que a taxa proposta para o direito de passagem das telecomunicações era exatamente igual à que fora aprovada para o ano anterior. A taxa do IMI era igualmente idêntica, a que sofrera redução há dois anos, expetava-se atingir a sua execução em cem por cento ou até ultrapassar ligeiramente. Mantinha-se também a proposta de Taxa da Derrama de um ponto quatro sobre o lucro tributável de dois mil e vinte e cinco, isentando todas as empresas com um volume de negócios não superior a cento e cinquenta mil euros, que era a grande maioria do tecido empresarial do Concelho.

(01:08:55 do vídeo)

O **Deputado Francisco Alves**, o Bloco de Esquerda estava convicto e tinha esperança de que a Câmara Municipal fizesse um esforço no sentido de novamente reduzir o IMI, e perguntou os motivos que tinham norteados a manutenção da taxa.

(01:10:02 do vídeo)

O **Deputado Joana Medeira**, reclamou da insuficiente documentação que a Câmara Municipal fornecia aos deputados municipais para cumprirem o seu papel de fiscalização. Comentou que logo em início de Mandato, a postura não estava a ser muito correta dando como exemplo a resposta a um requerimento em que o PSD pedira documentos, que basicamente fora “vão à procura”. Em relação à Participação Racional do IRS, por não ter acesso a dados atualizados nem à execução específica da receita, o Grupo Municipal do

PSD não encontrava motivo para não se devolver parte do valor aos barreirenses. Comparou o valor da Taxa de IMI com o de outros municípios e perguntou qual o objetivo de o manter acima da média no Distrito de Setúbal. Mais perguntou porque se insistia numa Derrama elevada quando o Concelho precisava urgentemente de captar empresas, emprego e atratividade económica. Referiu-se à posição que o Barreiro ocupava no ranking das maiores empresas do Distrito de Setúbal e à situação que algumas sediadas no Barreiro atravessavam, e perguntou porque não se baixava o valor da Derrama tornando o Município mais competitivo do que vinha sendo.

(01:14:52 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, disse que o seu Grupo Municipal do CHEGA acompanhava integralmente a manutenção do valor da Taxa do Direito de Passagem, e considerou pertinente ter acesso aos relatórios anuais feitos aos operadores, que suportavam a mesma.

(01:16:02 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, referiu-se à posição expressa pela oposição em relação aos impostos diretos, frisando que eram eles que sustentavam a atividade diária do Município. Pronunciou-se sobre a diferença de visão que o PS tinha sobre a matéria, conforme consta no **anexo XXI**.

(01:21:22 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, atendendo ao facto de que no IMI, a minoração de vinte por cento para os arrendamentos, tivera zero beneficiários desde dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e quatro, e como a proposta mantinha os critérios inalterados, perguntou se havia alguma previsão de novos beneficiários para dois mil e vinte e seis, ou se existia abertura para rever e alargar a data limite de construção. Em nome do Grupo Municipal do CHEGA, propôs que fosse vista a possibilidade de reduzir para zero trinta e quatro a Taxa do IMI.

(01:22:55 do vídeo)

A Deputado Joana Medeira, respondeu ao Deputado André Brás dos Santos que o PSD apenas trouxera exemplos de municípios ao redor do Barreiro e das taxas que aplicavam, e comparara com as que o Executivo propunha. De forma nenhuma podia pedir a baixa de um ou dois pontos percentuais, por não conhecer a evolução da receita, nem conhecer nenhum estudo de impacto económico que a sustentasse.

(01:24:32 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, disse que, na sua perspetiva os impostos eram um preço a pagar por uma cidade civilizada, e era importante que assim fosse. Efetuou a intervenção que consta no **anexo XXII**.

(01:32:48 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, dirigindo-se à Deputada Joana Medeira, efetuou a intervenção inserta na Ata como **anexo XXIII**.

(01:44:14 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, em defesa da honra interveio conforme consta no **anexo XXIV**.

(01:46:48 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, dirigiu-se novamente à Deputada Joana Medeira, conforme consta no **anexo XXV**.

(01:50:03 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, respondeu conforme consta no **anexo XXVI**.

01:52:58 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, concordando com a afirmação do Presidente da Câmara de que o IMI servia para melhorar e garantir uma boa qualidade de vida dos munícipes, e com a afirmação do Deputado do PS de que o IMI e a sua manutenção eram precisos para manter uma boa iluminação, perguntou se o Barreiro iria ter ruas mais limpas, passeios minimamente decentes e iluminação digna.

01:54:30 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, “eu às vezes acho que estas discussões são tiradas de um filme qualquer de comédia, porque ignoramos completamente a Cidade onde vivemos!”, iniciou a intervenção, continuando conforme consta no **anexo XXVII**.

01:58:51 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, comentou a defesa da honra apresentada pela Deputada Joana Ferreira, e respondeu ás perguntas do Deputado Rodrigo Mendes, conforme consta no **anexo XXVIII**.

(02:04:02 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, chamou a atenção que ficara por responder à questão os relatórios anuais dos operadores de telecomunicações.

(02:04:43 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.5, foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 16 (Mandato 2025-2029).

Colocado à votação o ponto 3.6, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (17), abstenção da CDU (4) e votos contra do CH (5) e do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 17 (Mandato 2025-2029).

Colocado à votação o ponto 3.7, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (17) e da CDU (4) e votos contra do CH (5) e do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 18 (Mandato 2025-2029).

(02:06:00 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, pediu aos Líderes de Bancada para se pronunciarem sobre como agir com os pontos ainda por apreciar, face às grelhas existentes.

(02:06:32 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, interveio no sentido de que entre todos se consensualizasse não usar os noventa minutos da grelha atribuída, dado que o ponto das votações teria que forçosamente ser feito.

(02:07:33 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, sugeriu continuar com o ponto das votações e, se possível deixar para nova Reunião as restantes matérias.

(02:08:16 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, concordou que seria melhor continuar com as votações e depois ver se haveria algum ponto que tivesse uma grelha com menos tempo.

02:08:44 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, manifestou o seu acordo com a proposta do Líder da Bancada do PS, o Grupo Municipal da CDU assumia a responsabilidade de não gastar o tempo total da grelha atribuída.

(02:09:00 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, em virtude de não ter havido consenso entre líderes de bancada, perguntou se o ponto 3.11 poderia ser apreciado antes das votações. Houve consenso.

3.11 REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO BARREIRO;

(02:09:58 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, explicou que o Conselho Municipal de Saúde era um Órgão que derivara da descentralização de competências, fora criado no Mandato anterior e numa das suas reuniões aprovara por unanimidade o Regulamento que estava a ser apresentado e iria reger o seu funcionamento. Por força da lei tinha que ser apresentado em Assembleia Municipal.

(01:11:12 do vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, em nome do Grupo Municipal do CHEGA, questionou o porquê de no Regimento se ter alterado a obrigatoriedade de presença de um representante da Administração Regional de Saúde em prol de um representante da Direção Geral de Saúde, entidades distintas com funções distintas, contrariando assim a lei. Mais questionou se em vez de estar designado um representante da DGS, não deveria estar um representante da Direção Executiva do SNS, ou manter a designação legal sendo que a DGS não gere as unidades locais de saúde.

(01:12:12 do vídeo)

O Deputado Pedro Gonçalves, na sua primeira intervenção frisou que era uma honra estar na qualidade de Deputado na Assembleia Municipal, e que encarava o desafio como uma missão. Pretendia e esperava que todas as intervenções não como deputado de uma bancada, mas como cidadão do Barreiro, que toda e qualquer discussão tivesse com fim o aumento da produtividade do trabalho da Assembleia Municipal e o impacto positivo na vida dos barreirenses. O Grupo Municipal do PSD via com agrado a prévia criação do Conselho Municipal de Saúde, apesar de a considerar tardia em comparação com outros municípios e fundamentou. A sua principal preocupação era que o Conselho Municipal de Saúde não viesse a ser um espelho do Conselho Municipal de Educação e fundamentou-a. Apelou a que o Executivo e o Presidente do Conselho Municipal de Saúde se comprometessem a que, para além das duas reuniões ordinárias anuais do Órgão, pudesse haver uma extraordinária exclusivamente dedicada aos cuidados de saúde sénior, bem como a que fosse recolhido um parecer dos vários órgãos face ao orçamento do Município para a saúde. Mais apelou a que a discussão lá tida visasse a defesa dos interesses da população e que todos fossem respeitados e ouvidos com humildade. “Porque juntos conseguimos caminhar para um caminho muito melhor, sem nos dividirmos, sem pensar

estes são de um partido, os outros são do outro, obviamente que há diferenças e discussões, é por isso que estamos aqui..., mas no final do dia vivemos todos no Barreiro, somos todos da mesma terra e temos que caminhar para o mesmo sentido, é isso que eu vejo! Podemos ver aqui partidos diferentes, mas ao final do dia o que eu vejo são barreirenses, são pessoas interessadas em dialogar para se chegar a soluções. Obrigado!”, concluiu a intervenção.

(02:17:37 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, explicou ao Deputado Sandro Igreja o porquê da diferença no Regimento dos representantes e das entidades. Observou junto do Deputado Pedro Gonçalves que não tinha percebido a comparação com o Conselho Municipal de Educação que reunira com frequência, o Deputado é que tivera ausente em várias, e que estivesse descansado porque iria ter conhecimento de tudo o que se passasse no Conselho Municipal de Saúde, cuja última deliberação fora uma moção a enviar ao Gabinete da Ministra da Saúde, repudiando o encerramento das urgências do Hospital do Barreiro. Comentou como engraçado o facto de ainda não ter ouvido os Órgãos Locais do PSD se pronunciarem sobre o putativo encerramento das urgências obstétricas do Concelho.

(01:20:00 do vídeo)

O Deputado Pedro Gonçalves, respondeu que se existiram todas essas atividades ele não tinha sido contactado e podia ser confirmado.

(02:20:21 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.11, foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 19 (Mandato 2025-2029).

(02:21:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, por haver ainda tempo disponível pediu a colaboração dos Líderes de Bancada no sentido de organizar os restantes pontos.

(02:22:32 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, informou que, em conversação com os restantes Líderes de Bancada apurara que o ponto mais consensual era o 3.10, havendo o compromisso de não se gastar a totalidade do tempo da grelha.

3.10 RETIFICAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2025;

(02:23:43 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, informou que a Revisão era necessária devido ao reembolso de IVA na parte da Receita, à execução do IMT e para adequar encargos plurianuais em alguns montantes estimados para algumas intervenções.

(02:25:25 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.10, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (17), abstenção da CDU (4) e do PSD (3) e votos contra do CH (5) – BE (ausente) – Deliberação N.º 20 (Mandato 2025-2029).

3.8 REQUALIFICAÇÃO DO BARREIRO VELHO – ÁREA 1B, ÁREA 2 E 3 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO;

(02:26:28 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, explicou que a proposta para a requalificação do Barreiro Velho precisava da aprovação da Assembleia Municipal, cujos benefícios já tinham sido debatidos, e em virtude de o investimento ultrapassar dez por cento do Plano Plurianual de Investimento.

(02:27:34 do vídeo)

O Deputado David Conceição, “Antes de começar a minha intervenção quero dizer que não será, nem a mim nem aos meus colegas de Bancada, a forma intimidatória como falam, que nos vão fazer calar. Nós temos uma questão de princípio e de educação, e temos que saber ser educados, para nos respeitar e saber respeitar também. Portanto, tenho que dizer que não será com intervenções mais agressivas, com gritos e bater nesta bancada que nos vão fazer calar.”, disse. Em nome do Grupo Municipal do PSD, que reconhecia a importância do projeto do Barreiro, e considerava que o mesmo devia ser conduzido com rigor e transparência e responsabilidade, questionou: - qual o calendário previsto para a execução da obra, e quais as fases definidas para garantir que o projeto não se iria prolongar indefinidamente; - que fatores justificavam o aumento significativo da estimativa da obra em dois mil e vinte e quatro e o valor da proposta que estava a ser apresentada; - qual era o valor que estava coberto pelo financiamento comunitário, qual era o mecanismo, e o valor de comparticipação do Município; - sendo os fundos europeus reembolsados em dois anos, o empréstimo de vinte anos iria ser amortizado antecipadamente?.

(02:31:09 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, questionou qual o valor total e definitivo que a Câmara Municipal previa para a requalificação do Barreiro Velho, atendendo ao valor base do concurso e ao valor do empréstimo, nomeadamente em trabalhos contratuais, adicionais e de fiscalização prévia. Mais questionou onde poderiam os munícipes encontrar as delimitações das zonas a intervencionar, a informação não estava disponível no site do Município.

(02:32:33 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, “Senhor Deputado, nunca se sinta intimidado... chama-se democracia, Senhor Deputado... e aquele olhar fulminante, não me mete medo nenhum Senhor Deputado. Espero que as minhas palmadas aqui e o meu entusiasmo também não lhe metam medo, chama-se democracia.”, dirigiu-se ao Deputado David Conceição. Responder às questões que tinham sido colocadas conforme consta no **anexo XXIX**

(02:36:44 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, disse ao Deputado David Conceição que não sabia quem tinha dito no PSD que com fundos comunitários os empréstimos tinham que ser a dois anos, não era verdade e fundamentou.

(02:38:56 do vídeo)

O Deputado David Conceição, “esperando que não houvesse momentos de “à parte”, para se entender melhor, apresentou novamente as questões colocadas, conforme consta no **anexo XXX**.

(02:40:41 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, com o intuito de clarificar disse que as verbas para o investimento a fazer no Barreiro Velho, vinham dos fundos europeus a fundo perdido e do empréstimo. O valor dos dois anos estava pago quando viesse, o outro iria ser o que o Município iria pagar a vinte anos.

(02:41:30 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, pediu melhor esclarecimento sobre o porquê da diferença de valores.

(02:42:26 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, esclareceu que o valor total do investimento era a soma do valor que vinha do fundo europeu e do valor do empréstimo, sendo este último o valor do empréstimo a pagar em vinte anos.

(02:43:48 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.8, foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 21 (Mandato 2025-2029).

3.9 PISCINA MUNICIPAL MATA DOS LOIOS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA;

(02:44:20 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, a matéria era idêntica à do ponto 3.8, a autorização prévia destinava-se ao projeto da Piscina Municipal nos Fidalguinhos, e carecia da aprovação da Assembleia Municipal por passar o valor do Plano Plurianual de Investimento.

(02:45:00 do vídeo)

O Deputado Pedro Gonçalves, quis deixar bem claro que o seu Grupo Municipal reconhecia a importância das infraestruturas desportivas para a vida dos barreirenses, como era o caso da piscina dos Fidalguinhos, mas queria saber o que justificava o aumento para quase o dobro da proposta inicial apresentada em dois mil vinte e quatro. Aconselhou a que o Município continuasse com a preocupação de otimizar todas as despesas, colocando o interesse dos barreirenses à frente de tudo e se conseguisse também que as associações desportivas do Concelho não ficassem prejudicadas, e houvesse também dinheiro para elas.

(02:46:45 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, “Não resisti! Senhor Deputado acha que se o investimento na Piscina for otimizado vai passar para associações e Clubes? Acha realmente isso? eu sei que uma das grandes propostas do PSD Jovem, se ganhasse as eleições era haver em outubro um milhão de euros para as associações de estudantes todas. Eu lembro-me disso... com pompa e circunstância para dar a toda a gente. Certamente otimizava nas obras, criava eficiências... acha mesmo que otimizar muito... e digo mais, se esperamos mais dois anos pela Piscina vai custar ainda mais..., é o mercado. Agora achar que otimizar isto, vamos otimizar isto, vamos criar eficiências, vamos aplicar o Código Laboral na Piscina para poder criar mais eficiências, se vai passar para outros...claro que não!”, interveio.

(02:49:20 do vídeo)

O Deputado Pedro Gonçalves, “Senhor Presidente pode não concordar, está tudo bem, agora estar a fazer comentários pessoais sobre a minha forma de intervir, não lhe fica bem e acho que na nossa convivência também não será frutífero para futuro, isso fica mal. Mas não foi por isso que vim aqui. Em relação às escolas... (interrupção)... é que disseram aqui inverdades que eu terei oportunidade de esclarecer mais tarde... não fica bem, eu achava que vinha para aqui, são membros do Executivo e achava que ia ter aqui alguma celeridade de debate, mas de facto ataques desses... (interrupção)... pode debater a nível das ideias. Mas não debata a forma de fazer... por amor de Deus, já é entrar em não resolução dos problemas das pessoas.”, disse em defesa da honra.

(02:50:18 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, “Oh Senhor Deputado, tem uma honra muito fraquinha... a gente não diz nada e vem logo aqui responder... as suas intervenções hoje foram exigir Conselho Municipal de Educação tem que haver muitos e o Senhor nunca lá pôs os pés, não é? Agora vem aqui dizer da honra ofendida porque eu ... oh Senhor Deputado vai aprender aqui que mais importante do que tudo é a coerência com que falamos, hoje o Senhor foi um tiro ao lado... também não estávamos à espera de outra coisa.”, disse em resposta à defesa da honra.

(02:51:11 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, explicou a razão da diferença dos valores do passado e dos atuais e lembrou que o equipamento da Piscina tinha para além do cariz desportivo, um cariz social. Disse que a intervenção do Deputado Pedro Gonçalves é que descera o debate com um investimento de oito milhões de euros e no serviço que iria prestar à população, tinha esperança que em futuros debates trouxesse mais substância porque o futuro estava nos jovens do Barreiro e não cedesse ao populismo e à crítica fácil.

(02:53:26 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.9, foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (17), do CH (5), da CDU (4), do PSD (3) – BE (ausente) – Deliberação N.º 22 (Mandato 2025-2029).

(02:54:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, pediu aos Serviços que fizessem a distribuição dos boletins de voto e que um elemento de cada Grupo Municipal acompanhasse o processo da votação. Efetuou a leitura da Ata em Minuta, inserta como **anexo XXXI**, que foi aprovada por unanimidade.

3.12 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.12.1 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS, E DO SUBSTITUTO COMO DELEGADO AOS CONGRESSOS DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;

3.12.2 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE;

- 3.12.3 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL;
- 3.12.4 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- 3.12.5 ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE UNIÃO DE FREGUESIAS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS;
- 3.12.6 ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA FAZER PARTE DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL E DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA;

(03:10:34 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, em exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues, apurados os votos anunciou os resultados:

3.12.1

Eleito Membro efetivo – Gabriela Alexandra dos Santos Soares
Eleito Membro Suplente – Juvenal Neves Silvestre
Com 17 votos sim, 6 votos em branco e 6 votos não
Deliberação N.º 23 (Mandato 2025-2029).

3.12.2

Eleito Carlos Artur Raposinho dos Santos
Com 17 votos sim, 9 votos em brancos e 3 votos não
Deliberação N.º 24 (Mandato 2025-2029).

3.12.3

Eleita Gabriela Alexandra dos Santos Soares
Com 17 votos sim, 9 votos em branco e 3 votos não
Deliberação N.º 25 (Mandato 2025-2029).

3.12.4

Eleito Carlos Artur Raposinho dos Santos
Com 17 votos sim, 9 votos em branco e 3 votos não
Deliberação N.º 26 (Mandato 2025-2029).

3.12.5

Eleito Isabel Maria Costa Ferreira
Com 16 votos sim, 9 votos em branco e 4 votos não
Deliberação N.º 27 (Mandato 2025-2029).

3.12.6

Eleito Juvenal Neves Silvestre

Com 17 votos sim, 5 votos em branco e 7 votos não

Deliberação N.º 28 (Mandato 2025-2029).

Os Boletins de Voto encontram-se apensos à Ata como **anexo XXXI**.

Nada mais havendo a tratar a Reunião foi dada por encerrada.


APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por unanimidade, na Reunião realizada no dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício por substituição, David Manuel da Silva Rodrigues.

O Presidente da Assembleia Municipal,
em Exercício por substituição,


David Manuel da Silva Rodrigues

A Assistente Técnica,


Filomena Maria Rodrigues Neves



3 Dezembro



4 Dezembro



10 Dezembro